



SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

PROJETO TÉCNICO-PEDAGÓGICO

1. AÇÃO EDUCACIONAL

Curso de Extensão em Decisão e Fiscalização de Recursos Públicos com Foco em Resultados (Edição 2026).

1.1. Áreas de Conhecimento

6.02.02.00-9 – Administração Pública

6.01.00.00-1 – Direito

6.01.02.00-4 – Direito Público

1.2. Órgão Executor

ILB/COESUP/SEFOPEE

1.3. Contribuições para elaboração do projeto

- Bento Rodrigo Pereira Monteiro
- Bernardo Patta Schettini
- Marcos Vinícius Azevedo da Costa
- Rita de Cássia Leal Fonseca dos Santos
- Coordenação de Educação Superior
- Serviço dos Cursos de Pós-Graduação
- Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

1.4. Facilitadores de Aprendizagem e Coordenador(a)-Geral do Curso

A depender do resultado do processo seletivo com base na Instrução Normativa (IN) do ILB nº 01/2021 (e atualizações).



SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

1.5. N° de vagas

50 vagas.

1.6. Público-alvo

O público-alvo abrange, preferencialmente, servidores efetivos e comissionados do Senado Federal ou de órgãos parceiros que atuam em atividades de fiscalização e controle de recursos públicos.

1.7. Requisitos para participação discente

São pré-requisitos para participar do curso na condição de discente: (i) possuir diploma de graduação reconhecido pelo MEC; (ii) possuir disponibilidade para participação integral na ação educacional; (iii) possuir meios de acesso a recursos computacionais e de internet para acompanhamento das aulas remotas e para a realização das atividades extraclasse.

Embora não seja mandatório, é desejável experiência prática em fiscalização e controle de recursos públicos.

1.8. Carga horária

80 horas-aula remotas, via plataforma de videoconferência.

1.9. Período e periodicidade

Dias e horários das aulas síncronas: segundas e sextas-feiras, das 8h às 12h10 e, excepcionalmente, segundas-feiras, das 14h às 16h.

1.10. Previsão de realização

Segundo semestre de 2026.

2. JUSTIFICATIVA

O Curso de Extensão em Decisão e Fiscalização de Recursos Públicos com Foco em Resultados (Edição 2026) justifica-se pela sua pertinência quanto à produção e à difusão de conhecimentos para o setor público, bem como em relação ao aperfeiçoamento da atuação profissional direta e indireta dos servidores que trabalham com fiscalização e controle de



SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

recursos públicos.

A gestão eficiente dos recursos públicos é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e a garantia dos direitos básicos da população. No entanto, a falta de capacitação técnica e a ausência de uma cultura de resultados têm levado a decisões ineficientes e ao desperdício de recursos. Este curso visa capacitar consultores e assessores legislativos para apoiarem na tomada de decisões e na fiscalização de recursos públicos, com foco em resultados e transparência. A proposta alia teoria e prática, preparando os participantes para enfrentar os desafios contemporâneos da gestão pública.

Em relação à difusão e à produção de saberes de alto nível, trata-se de ação educacional inédita, voltada para atender a servidores públicos do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União e de outras casas legislativas brasileiras.

3. OBJETIVOS

3.1. Geral: capacitar servidores do Poder Legislativo para atuarem na tomada de decisões e na fiscalização de recursos públicos, com foco em eficiência, transparência e resultados que impactem positivamente a sociedade.

3.2. Específicos:

- Compreender os princípios e normas que regem a gestão de recursos públicos;
- Desenvolver habilidades para análise e tomada de decisão com base em evidências e dados;
- Capacitar para a fiscalização e controle de recursos públicos, com foco em prevenção de irregularidades;
- Promover a cultura de resultados e transparência na gestão pública;
- Instrumentalizar os participantes com ferramentas e técnicas modernas de gestão e fiscalização.

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO



SENADO FEDERAL
 Instituto Legislativo Brasileiro
 Coordenação de Educação Superior
 Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

O curso terá sete disciplinas, distribuídas da seguinte forma:

Unidade	Disciplinas	Carga horária¹
I	Fundamentos da Gestão de Recursos Públicos	10 horas
II	Gestão por Resultados na Administração Pública	12 horas
III	Fiscalização e Controle de Recursos Públicos	14 horas
IV	Ética e Transparência na Gestão Pública	12 horas
V	Ferramentas Tecnológicas para Gestão e Fiscalização	10 horas
VI	Tomada de Decisão com Base em Evidências	12 horas
VII	Laboratório de Práticas	10 horas
Carga horária total		80 horas

5. DISCIPLINAS

Disciplina I – Fundamentos da Gestão de Recursos Públicos

Objetivos:

- Compreender os princípios constitucionais e legais da gestão de recursos públicos.
- Identificar as etapas do ciclo orçamentário e sua importância para a gestão eficiente.

¹ A hora-aula é equivalente, neste projeto, a 60 minutos.



SENADO FEDERAL
 Instituto Legislativo Brasileiro
 Coordenação de Educação Superior
 Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

- Analisar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e suas implicações.
- Compreender o ciclo das políticas públicas, as análises ex ante e ex post, e a influência das avaliações no orçamento.
- Reconhecer a importância da transparência e do controle social.

Ementa: Introdução à gestão de recursos públicos. Princípios constitucionais e legais. Orçamento público e ciclo orçamentário. Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei de Licitações. Transparência e *accountability*. *Competências fiscalizatórias do Congresso Nacional*.

Carga horária: 10 h

Referências*:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 de abril 2026.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências (Lei de Responsabilidade Fiscal). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 maio 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 29 abril. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: 29 abril. 2026.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Manual do Processo Orçamentário**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento>. Acesso em: 29 abril. 2026.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

KOPPE, Melina Rocha; MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2021.



SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene. **Licitações e contratos administrativos**: teoria e prática. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

SILVA, Lino Martins da. **Controle da administração pública**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2020

* Considerando a dinamicidade da disciplina, a bibliografia deverá ser atualizada e poderá ser ampliada pelo(a) facilitador(a) de aprendizagem.

Disciplina II – Gestão por Resultados na Administração Pública

Objetivos:

- Compreender os conceitos de gestão por resultados.
- Aplicar técnicas de planejamento estratégico e monitoramento de metas.
- Avaliar o desempenho e impacto de políticas públicas.

Ementa: Conceitos e práticas de gestão por resultados. Planejamento estratégico e monitoramento de metas. Avaliação de desempenho e impacto.

Carga horária: 12 h

Referências*:

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Guia de Gestão por Resultados no Poder Executivo Federal**. Brasília: MPOG, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br>. Acesso em: 29 abril. 2026.

CAVALCANTI, Rafael; PECI, Alketa. **Gestão pública por resultados**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. **Avaliação de programas públicos**: conceitos e casos. Brasília: ENAP, 2019.

KETTL, Donald F. **Gestão por resultados na administração pública**. Tradução de Ana Maria Mandim. Brasília: ENAP, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. 6. ed. São Paulo:



SENADO FEDERAL
 Instituto Legislativo Brasileiro
 Coordenação de Educação Superior
 Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

Atlas, 2021.

PACHECO, Regina Silvia Viotto; OLIVEIRA, Maria Angelica Borges dos Santos. **Gestão por resultados na administração pública**. São Paulo: Atlas, 2020.

* Considerando a dinamicidade da disciplina, a bibliografia deverá ser atualizada e poderá ser ampliada pelo(a) facilitador(a) de aprendizagem.

Disciplina III – Fiscalização e Controle de Recursos Públicos

Objetivos:

- Compreender os sistemas de controle interno e externo.
- Identificar práticas de prevenção e combate a irregularidades.
- Conhecer os diferentes tipos de ações de controle.
- Aplicar técnicas de auditoria.
- Apresentar os principais desafios da fiscalização e controle dos recursos públicos
- Analisar casos de sucesso.

Ementa: Sistemas de controle interno e externo. Papel do Poder Legislativo e dos órgãos de controle. Controles internos administrativos. Prevenção e combate a irregularidades. Fiscalização e ações de controle. Controle social.

Carga horária: 14 h

Referências*:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

BRASIL. Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.



SENADO FEDERAL
 Instituto Legislativo Brasileiro
 Coordenação de Educação Superior
 Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Regimento Interno do Tribunal de Contas da União. Resolução TCU nº 246, de 30 de novembro de 2011.

LIMA, Luiz Henrique. Controle externo: teoria e jurisprudência para os tribunais de contas. São Paulo: Método, 2021.

* Considerando a dinamicidade da disciplina, a bibliografia deverá ser atualizada e poderá ser ampliada pelo(a) facilitador(a) de aprendizagem.

Disciplina IV – Ética, Transparência e Sustentabilidade na Gestão Pública: Integridade, ESG e Contratações Responsáveis.

Ementa: Princípios éticos na gestão pública. Lei de Acesso à Informação (LAI). Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Combate à corrupção e promoção da integridade.

Objetivos:

- Compreender os princípios éticos e de governança aplicáveis à gestão pública.
- Aplicar a Lei de Acesso à Informação (LAI) e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), assegurando transparência e proteção de dados
- Identificar práticas de integridade, *compliance* e combate à corrupção.
- Analisar a agenda ESG no setor público, com foco em critérios socioambientais e de governança.
- Identificar diretrizes para contratações públicas sustentáveis, alinhadas aos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).
- Discutir casos práticos de licitações com critérios ESG e seus impactos.

Carga horária: 12 h

Referências*:



SENADO FEDERAL
 Instituto Legislativo Brasileiro
 Coordenação de Educação Superior
 Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

BRASIL. **Decreto nº 11.129/2022** (Institui a Estratégia Nacional de Compras Públicas Sustentáveis). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 29 abril. 2026.

CGU. **Guia de Compras Públicas Sustentáveis**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu>. Acesso em: 29 abril. 2026.

ONU. **ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis**. Disponível em: <https://brasil.un.org>. Acesso em: 29 abril. 2026.

OECD. **Public Procurement for Green Innovation**. 2021. Disponível em: <https://www.oecd.org>. Acesso em: 29 abril. 2026.

SILVA, Solange T. **Licitações Sustentáveis: ESG na Prática**. São Paulo: Fórum, 2022.

* Considerando a dinamicidade da disciplina, a bibliografia deverá ser atualizada e poderá ser ampliada pelo(a) facilitador(a) de aprendizagem.

Disciplina V – Ferramentas Tecnológicas para Gestão e Fiscalização

Objetivos:

- Utilizar ferramentas tecnológicas para gestão e fiscalização.
- Compreender o papel dos sistemas de informação e plataformas de transparência.
- Aplicar técnicas de Big Data e análise de dados.

Ementa: Sistemas informatizados de gestão e fiscalização de recursos públicos (e-SIC, SIAFI, SIOP, SIGA Brasil, portais dos Tribunais de contas, dentre outros). Big Data e análise de dados no controle público. Uso de dashboards e painéis de controle.

Carga horária: 10 h

Referências*:



SENADO FEDERAL
 Instituto Legislativo Brasileiro
 Coordenação de Educação Superior
 Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

AMORIM, Andréa de Oliveira. **Tecnologia da Informação e Controle da Administração Pública**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2022.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Uso de Análise de Dados no Controle Externo**. Brasília: TCU, 2021. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br>. Acesso em: 29 abril 2026.

MARÇAL, Thaís; CAMARÃO, Tatiana. **Inovação e Tecnologia nas Compras Públicas**. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

SENADO FEDERAL. **Manual do SIGA Brasil: Transparência e Controle**. Brasília: Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, 2024.

SILVA, Mauro de Almeida. **Big Data e Inteligência Artificial no Combate à Corrupção**. São Paulo: Almedina, 2023.

* Considerando a dinamicidade da disciplina, a bibliografia deverá ser atualizada e poderá ser ampliada pelo(a) facilitador(a) de aprendizagem.

Disciplina VI – Tomada de Decisão com Base em Evidências

Objetivos:

- Identificar e compreender as principais fontes de dados orçamentário-financeiros e socioeconômicos.
- Desenvolver habilidades para análise de dados e indicadores.
- Utilizar ferramentas de gestão baseada em resultados.

Ementa: Fontes de dados orçamentários-financeiros e socioeconômicos. Métodos de análise de dados e indicadores. Uso de evidências para tomada de decisão. Ferramentas de gestão baseada em resultados.

Carga horária: 12 h

Referências*:



SENADO FEDERAL
 Instituto Legislativo Brasileiro
 Coordenação de Educação Superior
 Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

BRASIL. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). **Guia Prático de Análise de Dados para Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 2022.

CAVALCANTE, Pedro. **Políticas Públicas e Tomada de Decisão: Do Modelo Racional ao Uso de Evidências**. Rio de Janeiro: Ipea, 2021.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil: Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações**. 7. ed. Campinas: Alínea, 2021.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

PINHEIRO, Maurício S. **Decisão Baseada em Dados no Setor Público**. São Paulo: Pearson, 2023.

* Considerando a dinamicidade da disciplina, a bibliografia deverá ser atualizada e poderá ser ampliada pelo(a) facilitador(a) de aprendizagem.

Disciplina VII – Laboratório de Práticas

Objetivos específicos da disciplina:

- aplicar o método de estudos de casos para análise da vivência na gestão de recursos públicos;
- compreender os recursos metodológicos aplicáveis aos estudos de caso que podem ser empregados no desenvolvimento dos trabalhos requeridos ao longo do curso e as fontes de consulta para a elaboração do seu conteúdo;
- discutir temas emergentes relacionados às experiências práticas de gestão na fiscalização de recursos públicos.

Ementa: Métodos qualitativos e quantitativos de pesquisa. Textos acadêmicos. Fontes de pesquisa. O estudo de caso como método de pesquisa e como técnica de ensino. Elementos do processo de seleção de casos. Planejamento e organização dos seminários. Técnicas de apresentação de trabalhos científicos. Etiqueta acadêmica.



SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

Carga horária: 10 horas.

Detalhamento da disciplina:

A disciplina Laboratório de Práticas deverá consolidar a aprendizagem do curso por meio da análise e da discussão de casos concretos e da exposição para a turma, nas formas oral e escrita, utilizando relatórios e apresentação de *slides*. O estudo de caso **não** deverá apresentar apenas um resumo das leituras selecionadas, sendo os discentes incentivados a conceber um tema de interesse e trazer reflexões que articulem as dimensões teórico-conceituais e empíricas. Os trabalhos desenvolvidos na disciplina, bem como a sua apresentação, deverão contemplar questões relevantes para a temática do curso.

Na primeira aula, que ocorrerá, preferencialmente, após a conclusão de 40% do curso, o facilitador de aprendizagem deverá apresentar as diretrizes da disciplina e abordar orientações fundamentais para a boa execução dos trabalhos, como fontes de pesquisa e restrição ao plágio, bem como os parâmetros de acompanhamento e de avaliação. Em seguida, deverá apresentar algumas temáticas relativas aos tópicos desenvolvidos ao longo do curso e distribuir os alunos, preferencialmente, em 8 grupos, com 5 participantes em cada. Estes escolherão um tema de interesse por grupo, não sendo recomendável a repetição de temas. Os alunos poderão sugerir assuntos alternativos aos apresentados pelo facilitador de aprendizagem, porém sujeitos à aprovação deste. Os discentes poderão utilizar estudos de caso apresentados pelo facilitador de aprendizagem como referência para os trabalhos que realizarão ao longo do programa da disciplina.

As duas aulas seguintes ocorrerão após a conclusão, preferencialmente, de 50% e 75% do curso, respectivamente. Nelas o docente fará o acompanhamento coletivo dos estudos de caso em desenvolvimento e apontará eventuais ajustes ou correções nos trabalhos. Tal acompanhamento se dará de forma coletiva, dentro do horário previsto para a disciplina.

As duas últimas aulas ocorrerão ao final do curso e serão dedicadas à apresentação e aos debates acerca dos estudos de caso definidos dentro dos temas escolhidos pelos grupos na



SENADO FEDERAL
 Instituto Legislativo Brasileiro
 Coordenação de Educação Superior
 Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

primeira aula. Sugere-se que, durante o período, cada grupo tenha até 25 minutos para a apresentação e debates com o docente e com os demais discentes. Todos os membros do grupo deverão participar ativamente da elaboração do trabalho (independentemente do formato), bem como da apresentação e da discussão, que também terá o docente como arguente ativamente atuante.

É recomendável que o grupo submeta antecipadamente ao docente os *slides* e um roteiro para moderar o debate com a turma, a fim de esclarecer possíveis dúvidas e ter em mãos o conteúdo adequado no dia da apresentação.

Após a apresentação, cada grupo deverá entregar ao facilitador de aprendizagem os *slides* utilizados na exposição do estudo de caso e um trabalho redigido pelo grupo, incluindo as contribuições e as sugestões decorrentes dos debates após a apresentação. É desejável que o trabalho final seja estruturado em forma de artigo científico, dentro dos parâmetros indicados pelo facilitador de aprendizagem. Cada grupo deverá confirmar com o docente o prazo de entrega desses materiais, que deverão ser considerados na composição da nota da disciplina.

Quadro-resumo sugerido para a disciplina:

Aula	Conteúdo	Carga Horária
1	Diretrizes laborais e formação dos grupos	2h
2	Orientações e temas previstos na ementa	2h
3	Orientações e temas previstos na ementa	2h
4	Apresentação e debates	2h
5	Apresentações, debates e encerramento da disciplina	2h



SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

Referências*:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: **Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos** – Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

COLLIER, D. **Understanding Process Tracing**. PS: Political Science & Politics 44, n. 4, p. 823-830, October 2011. Disponível em: <https://polisci.berkeley.edu/sites/default/files/people/u3827/Understanding%20Process%20Tracing.pdf>. Acesso em: 29 abril. 2026.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

DINIZ, Débora; MUNHOZ, Ana Terra Mejia. **Cópia e pastiche: plágio na comunicação científica**. *Argumentum*. Vitória (ES), n.3, v. 1, p. 11-28, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/1430>. Acesso em: 29 abril. 2026.

ENAP. Estudos de Caso – Casoteca. Disponível em: <https://www.enap.gov.br/pt/pesquisa-e-conhecimento/publicacoes/estudos-de-caso-casoteca>. Acesso em: 29 abril. 2026.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa: um Guia para Iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2012.

HEBLING, Matheus Lucas. Estudo de caso em Ciência Política. **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**, v. 2, n. 2, 2014. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/42/41>. Acesso em: 29 abril. 2026.

GOMES NETO, José Mário Wanderley; ALBUQUERQUE, Rodrigo Barros de; SILVA, Renan Francelino da. **Estudos de caso: manual para a pesquisa empírica qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2024.

GOMES NETO, José Mário Wanderley; BARBOSA, Luis Felipe Andrade; PAULA FILHO, Alexandre Moura Alves de. **O que nos dizem os dados? uma introdução à pesquisa jurídica quantitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

MACHADO, Daniel Baldin. **Sete elementos do processo de seleção de casos:** contribuições para um maior rigor e transparência nas Ciências Sociais. *Revista Brasileira de Ciência Política*, São Paulo, n. 36, p. 1-32, out. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/g6rXxyVTPLnfSV3v7fXyNvR/?lang=pt> Acesso em: 29 abril. 2026.

MAIA, Flora de Paula G. H.; MAIA, Maria Clara M. **Estudos de caso para a ciência política.** *Conexão Política*, v. 1, n. 1, jan./jun. 2022, p. 53-192.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Diretrizes para realização de um seminário.** In: _____. *Metodologia do trabalho científico.* 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 63-71.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Bookman, 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6598416/mod_resource/content/1/Livro%20Robert%20Yin.pdf. Acesso em: 29 abril 2026.

* Considerando a dinamicidade da disciplina, a bibliografia deverá ser atualizada e poderá ser ampliada pelo facilitador de aprendizagem.

6. METODOLOGIA

A proposta didático-pedagógica buscará propiciar condições para a produção, integração, disseminação e aplicação prática dos saberes que compõem o tema do curso. O escopo das aulas deverá fomentar a participação ativa e a iniciativa individual dos alunos, ao mesmo tempo que estimulará as atividades colaborativas e a aprendizagem coletiva. Também buscará incentivar o desenvolvimento teórico-conceitual acerca da área sob enfoque.

O curso será estruturado em disciplinas independentes, mas integradas, que serão compostas por aulas expositivas-dialogadas e debates, de forma a unir os fundamentos teóricos às atividades práticas. Os conteúdos, por sua vez, serão trabalhados levando-se em consideração os conhecimentos necessários para o melhor desempenho da atividade de assessoria parlamentar, aproveitando-se, na medida do possível, das produções intelectuais dos próprios alunos, ainda inéditas, mas atuais e compatíveis com os tópicos estudados.



SENADO FEDERAL
 Instituto Legislativo Brasileiro
 Coordenação de Educação Superior
 Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

As aulas serão semanais, de forma remota, utilizando plataforma de videoconferência, como Zoom ou outra que porventura se mostre mais qualificada e esteja disponível.

Será estimulada a utilização de metodologias ativas de aprendizagem, que levam o aprendiz a participar de forma comprometida com o seu processo de desenvolvimento enquanto reflete sobre aquilo que está fazendo, tornando sua experiência significativa. De acordo com Marques et al (2021)², as metodologias ativas abrangem atividades de estudos individuais e grupais tais como “*aprendizagem cooperativa*”, “*aprendizagem baseada em equipe*”, “*aprendizagem baseada em casos*”, “*aprendizagem baseada em projetos*”, “*sala de aula invertida*” e “*jogos educativos*”. Portanto, buscar-se-á explorar abordagens de ensino com potencial inovador por promoverem a reflexão-ação (articulação entre teoria e prática), como aprendizagem baseada em problemas (estudos de caso) e *learning by doing* (aprender fazendo).

Deverá ser priorizado o planejamento instrucional (pelo docente, por meio do plano de ensino e, se possível, roteiros de atividades de ensino) para o melhor aproveitamento dos recursos didático-pedagógicos – a exemplo de ferramentas interativas, da plataforma de videoconferência e do ambiente virtual de aprendizagem – para o alcance dos objetivos de aprendizagem e para o enriquecimento da experiência discente.

6.1. Previsão da execução das aulas remotas

As aulas ocorrerão virtualmente, de forma remota e síncrona, às segundas e sextas-feiras, das 8h às 12h10 – com 10 minutos de intervalo a cada duas horas de atividades letivas, e, excepcionalmente, às segundas-feiras, de 14h às 16h. Quando previsto no plano de ensino do componente curricular, será facultado aos alunos o acompanhamento às aulas de forma assíncrona (em substituição à participação síncrona), desde que apresentado ao facilitador de aprendizagem correspondente, para fins de recuperação, um resumo (em forma de relatório, mapa conceitual ou formato a ser definido pelo facilitador de aprendizagem) elaborado a partir dos assuntos abordados na aula correspondente ou a partir de texto indicado pelo docente.

² MARQUES, H. R. et al.. Inovação no ensino: uma revisão sistemática das metodologias ativas de ensino-aprendizagem. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 26, n. 3, p. 718–741, set. 2021.



SENADO FEDERAL
 Instituto Legislativo Brasileiro
 Coordenação de Educação Superior
 Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

Contudo, a participação substitutiva, por meio de aulas assíncronas, não poderá exceder 50% (cinquenta por cento) da carga horária de cada disciplina.

É responsabilidade única e exclusiva dos discentes a frequência aos encontros virtuais, bem como a recuperação de conteúdo em caso de indisponibilidade de agenda para participação nas atividades síncronas. As aulas virtuais, quando gravadas para fins de recuperação do discente no componente curricular, conforme o plano de ensino, estarão disponíveis por tempo limitado a critério do ILB, sendo seu uso único e exclusivo para fins didático-pedagógicos do curso.

7. PROCESSO AVALIATIVO

O processo avaliativo será composto por dois tipos de avaliação: a de aprendizagem e a do curso.

7.1 Avaliação de aprendizagem

A avaliação de aprendizagem deve expressar o grau de desempenho e de desenvolvimento do discente ao longo da disciplina, de modo a contribuir para o alcance, em nível individual, dos objetivos de aprendizagem.

Os critérios de avaliação de aprendizagem de cada disciplina serão definidos pelo docente, em conjunto com o coordenador-geral do curso e com o SEFOPEE, e deverão constar no plano de ensino de cada componente curricular, podendo ser considerados, dentre outros:

- o interesse, a pontualidade e a assiduidade;
- a busca de material complementar à leitura indicada;
- a efetiva leitura do material bibliográfico da aula;
- a análise crítica e/ou fichamento das leituras;
- a participação das discussões em sala e em fóruns virtuais;
- os trabalhos desenvolvidos individualmente ou em grupo.

Para alcançar aprovação em cada componente curricular, o discente deverá obter nota mínima 6.0 e possuir frequência mínima de 75% na disciplina, conforme critérios de



SENADO FEDERAL
 Instituto Legislativo Brasileiro
 Coordenação de Educação Superior
 Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

apuração que vierem a ser estabelecidos no respectivo plano de ensino.

O desempenho global do discente na avaliação de aprendizagem considera a média simples das notas obtidas em cada uma das cinco disciplinas.

7.2 Avaliação do Curso

A avaliação da ação educacional será realizada a partir de questionários a serem respondidos pelos discentes, pelos docentes e pelo coordenador-geral. Os instrumentos de avaliação serão aplicados por meio da plataforma Saberes.

8. CORPO DISCENTE

Para a realização da inscrição, o discente deverá possuir diploma de graduação e apresentar toda a documentação exigida em chamada pública para formalização da matrícula.

Para fins de organização do fluxo de inscrições, o período de requerimento para a assunção de vagas ocorrerá em três etapas: I) exclusivamente para servidores do Senado Federal; II) para servidores do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União; III) para servidores da etapa II e de outras organizações públicas conveniadas, com instrumentos vigentes, com o Instituto Legislativo Brasileiro e/ou com o Senado Federal.

9. CERTIFICAÇÃO

O curso será certificado pelo próprio Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Para fazer jus ao certificado, o aluno deverá obter nota e frequência mínimas necessárias à aprovação (6.0 e 75%, respectivamente), em cada uma das sete disciplinas do curso, de acordo com o calendário e as demais regras estabelecidas.

10. CORPO DOCENTE

O corpo docente será selecionado segundo a Instrução Normativa (IN) do ILB nº 01/2021 (e atualizações).

11. RECURSOS



SENADO FEDERAL
 Instituto Legislativo Brasileiro
 Coordenação de Educação Superior
 Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

11.1. Humanos

Facilitadores de aprendizagem, preferencialmente do quadro do Senado Federal, selecionados com base na IN do ILB nº 1/2021 e em conformidade com o Anexo IV do Regulamento Administrativo do Senado Federal (RASf – consolidado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14/2022 e alterações).

Tratando-se de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, o pedido encontra-se fundamentado no art. 34 do Anexo IV do RASf e no art. 76-A da Lei nº 8.112/1990.

11.2. Didáticos

Textos de apoio, filmes, dinâmicas em grupo, uso da Plataforma Saberes, plataforma de videoconferência, Plataforma Mentimeter, recursos audiovisuais, fóruns temáticos, exercícios de fixação, dentre outros a serem indicados pelos facilitadores de aprendizagem.

11.3. Financeiros

Encargo / Papel	Carga horária	Formação docente esperada Mínima/Máxima	Custo Estimado com base na formação máxima³
Fundamentos da Gestão de Recursos Públicos	10 horas	Especialização/ Doutorado	R\$ 5.487,30
Gestão por Resultados na Administração Pública	12 horas	Especialização/ Doutorado	R\$ 6.584,76
Fiscalização e Controle de	14 horas	Especialização/	R\$ 7.682,22

³ Valores estimados conforme os ADG nº 3/2026.



SENADO FEDERAL
 Instituto Legislativo Brasileiro
 Coordenação de Educação Superior
 Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

Recursos Públicos		Doutorado	
Ética e Transparência na Gestão Pública	12 horas	Especialização/ Doutorado	R\$ 6.584,76
Ferramentas Tecnológicas para Gestão e Fiscalização	10 horas	Especialização/ Doutorado	R\$ 5.487,30
Tomada de Decisão com Base em Evidências	12 horas	Especialização/ Doutorado	R\$ 6.584,76
Laboratório de Práticas	10 horas	Especialização/ Doutorado	R\$ 5.487,30
Coordenador-Geral do Curso	30 horas ⁴	Mestrado/ Doutorado	R\$ 10.475,70
Teto do custo total estimado com base na possível titulação máxima do quadro docente			R\$ 54.374,10
Supervisão Pedagógica	Atribuições a serem exercidas diretamente pela área técnica (SEFOPEE/COESUP)		

12. INDICADORES DE DESEMPENHO:

Indicadores de planejamento

Indicador	Detalhamento	Meta
-----------	--------------	------

⁴ Máximo de 30 horas, distribuídas nos três meses de execução da ação de capacitação.



SENADO FEDERAL
 Instituto Legislativo Brasileiro
 Coordenação de Educação Superior
 Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

Projeto pedagógico	Fórmula: Média da pontuação dos itens da questão “Avalie o curso sob os seguintes aspectos”, na avaliação do curso pelos alunos.	$\geq 8,5$
	Itens Avaliados: - Modalidade das aulas (presencial, remoto, EAD, híbrido etc) - Horário de realização do curso - Período de realização do curso - Adequação do conteúdo à carga horária estabelecida - Conteúdo programático - Carga horária semanal - Carga horária total	
Planos de ensino das disciplinas	Fórmula: Média da pontuação dos itens da questão “Avalie a disciplina sob os seguintes aspectos” nas avaliações das disciplinas pelos alunos.	$\geq 8,5$
	Itens Avaliados: - Carga horária total disponível para a disciplina - Duração das aulas - Ementa da disciplina - Objetivos da disciplina - Quantidade de atividades avaliativas - Formato das atividades avaliativas - Conteúdo das atividades avaliativas	

Indicadores de atendimento

Indicador	Detalhamento	Meta
Corpo técnico-administrativo do ILB	Fórmula: Média da pontuação dos itens na questão “Avalie o corpo técnico-administrativo do ILB sob os seguintes aspectos” na avaliação do curso pelos alunos.	$\geq 8,5$



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenação de Educação Superior
Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

	Itens Avaliados: - Agilidade na entrega de declarações e outros serviços da Secretaria - Atendimento a dúvidas quanto ao uso das plataformas virtuais (Zoom, Teams e Saberes) - Orientações preliminares antes da efetivação da matrícula - Notificações de atividades pendentes - Notificações de alunos faltantes - Agilidade no lançamento das frequências no Saberes - Agilidade na liberação das aulas gravadas para os alunos autorizados - Gestão da sala de aula e das gravações - Apoio técnico na realização das aulas - Adequação das informações apresentadas na ambientação	
Coordenador-geral do curso	Fórmula: Média da pontuação dos itens na questão “Avalie a atuação do coordenador-geral do curso sob os seguintes aspectos” na avaliação do coordenador-geral do curso pelos alunos.	$\geq 8,5$
	Itens Avaliados: - Relacionamento interpessoal - Pontualidade e assiduidade nos compromissos marcados - Disponibilidade para atendimento aos alunos - Agilidade no atendimento das demandas - Capacidade de resolução de problemas - Acompanhamento do funcionamento do curso	
Corpo docente	Fórmula: Média da pontuação dos itens da questão “Avalie a atuação do facilitador de aprendizagem sob os seguintes aspectos” nas avaliações das disciplinas pelos alunos.	$\geq 8,5$
	Itens Avaliados: - Pontualidade e assiduidade - Domínio do conteúdo - Domínio dos recursos tecnológicos utilizados - Didática e estratégias de ensino-aprendizagem	



SENADO FEDERAL
 Instituto Legislativo Brasileiro
 Coordenação de Educação Superior
 Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

	- Cumprimento do plano de ensino - Capacidade de lidar com divergências de opinião - Atendimento a dúvidas dos alunos - Coerência entre as atividades avaliativas e o conteúdo apresentado - Feedback sobre as atividades avaliativas - Pontualidade na divulgação das notas - Qualidade dos materiais didático-pedagógicos disponibilizados - Agilidade na disponibilização dos materiais didático-pedagógicos - Qualidade da bibliografia utilizada	
--	---	--

Indicadores de infraestrutura

Biblioteca do Senado Federal	Fórmula: Média da pontuação dos itens na questão “Avalie sua experiência em relação à Biblioteca do Senado Federal” na avaliação do curso pelos alunos.	$\geq 8,5$
	Itens Avaliados: - Biblioteca do Senado Federal física - Biblioteca do Senado Federal digital	
Plataforma Zoom	Fórmula: Média da pontuação do item “Plataforma Zoom” na questão “Avalie sua experiência com os aspectos da infraestrutura tecnológica disponibilizada para o curso” na avaliação do curso pelos alunos.	$\geq 8,5$
	Item Avaliado: - Plataforma Zoom	
Plataforma Teams	Fórmula: Média da pontuação do item “Plataforma Teams” na questão “Avalie sua experiência com os aspectos da infraestrutura tecnológica disponibilizada para o curso” na avaliação do curso pelos alunos.	$\geq 8,5$
	Item Avaliado: - Plataforma Teams	



SENADO FEDERAL
 Instituto Legislativo Brasileiro
 Coordenação de Educação Superior
 Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

Plataforma Saberes	Fórmula: Média da pontuação do item “Plataforma Saberes” na questão “Avalie sua experiência com os aspectos da infraestrutura tecnológica disponibilizada para o curso” na avaliação do curso pelos alunos.	$\geq 8,5$
	Item Avaliado: - Plataforma Saberes	

Indicadores de resultados:

Indicador	Detalhamento	Meta
Vagas ocupadas	Fórmula: Quantidade de alunos regulares matriculados em relação ao previsto no projeto pedagógico.	100%
Índice de aprovação	Fórmula: Percentual de alunos regulares matriculados que atenderam aos critérios de aprovação no curso.	$\geq 90\%$
Índice de desistência/evasão	Fórmula: Percentual de alunos regulares matriculados que foram reprovados por falta em pelo menos uma disciplina do curso.	$\leq 5\%$
Atendimento aos objetivos de aprendizagem da disciplina	Fórmula: Média da pontuação dos itens na questão “Avalie sua capacidade de realizar as seguintes atividades depois da disciplina” nas avaliações das disciplinas pelos alunos.	$\geq 8,5$
	Itens Avaliados: - Disciplina I: - Objetivos de aprendizagem da disciplina - Disciplina II: - Objetivos de aprendizagem da disciplina - Disciplina III: - Objetivos de aprendizagem da disciplina - Disciplina IV:	



SENADO FEDERAL
 Instituto Legislativo Brasileiro
 Coordenação de Educação Superior
 Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

	- Objetivos de aprendizagem da disciplina - Disciplina V: - Objetivos de aprendizagem da disciplina - Disciplina VI: - Objetivos de aprendizagem da disciplina - Disciplina VII: - Objetivos de aprendizagem da disciplina	
Atendimento aos objetivos de aprendizagem do curso	Fórmula: Média da pontuação dos itens na questão “Avalie sua capacidade de realizar as seguintes atividades depois do curso” na avaliação do curso pelos alunos.	$\geq 8,5$
	Itens avaliados: ● Compreender os princípios e normas que regem a gestão de recursos públicos; ● Desenvolver habilidades para análise e tomada de decisão com base em evidências e dados; ● Capacitar para a fiscalização e controle de recursos públicos, com foco em prevenção de irregularidades; ● Promover a cultura de resultados e transparência na gestão pública; ● Instrumentalizar os participantes com ferramentas e técnicas modernas de gestão e fiscalização.	
Rendimento médio por disciplina	Fórmula: Média das notas por disciplina, considerando os alunos que participaram de pelo menos uma de suas aulas.	$\geq 8,0$
Rendimento médio por curso	Fórmula: Média dos valores de rendimento médio obtidos no	$\geq 8,0$



SENADO FEDERAL
 Instituto Legislativo Brasileiro
 Coordenação de Educação Superior
 Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão

	curso.	
Frequência média por disciplina	Fórmula: Percentual médio de frequência na disciplina, considerando os alunos que participaram de pelo menos uma de suas aulas.	$\geq 75\%$
Frequência média por curso	Fórmula: Média dos valores de frequência média por disciplina obtidos para cada disciplina do curso.	$\geq 80\%$
Impacto profissional imediato da disciplina	Fórmula: Média da pontuação dos itens na questão “Avalie o impacto profissional imediato da disciplina em seu trabalho, sob os seguintes aspectos” nas avaliações das disciplinas pelos alunos.	≥ 7
	Itens Avaliados: - aumento da eficiência no cumprimento das tarefas - melhoria do grau de motivação no contexto laboral - aumento da qualidade na entrega dos resultados esperados - aptidão para o desenvolvimento de novas atividades	
Impacto profissional imediato do curso	Fórmula: Média global dos valores de impacto profissional imediato obtidos nas disciplinas do curso.	≥ 7
Atendimento a expectativas	Fórmula: Percentual de respostas SIM à questão “O curso atendeu às suas expectativas” na avaliação do curso pelos alunos.	$\geq 80\%$